

As bravatas de Blairo

Daniela Chiaretti



As declarações do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, na conferência do clima das Nações Unidas em Marrakesh, em novembro, não foram apenas constrangedoras. Ao menosprezar as mortes por conflitos de terra no país e vincular o compromisso brasileiro de reduzir emissões a recursos financeiros do exterior, Blairo revelou despreparo em estar em um encontro de cúpula com 190 países e deixou claro que a importância da proteção socioambiental ainda não foi compreendida por uma importante liderança da agricultura brasileira. A lógica desconexa contamina boa parte do setor por capilaridade. Isso não é patético, é trágico.

O ministro chegou a Marrakesh dizendo que a “agricultura brasileira é a mais sustentável que existe”. Não deu tempo de contestação: suas falas, na sequência, derrubaram a megalomania. Foram divulgadas pela imprensa nacional e — por sorte —, solenemente ignoradas pela mídia internacional, preocupada com um falastrão maior e mais poderoso, Donald Trump. Ao dizer que “o Brasil é líder mundial no recolhimento de embalagens de agrotóxicos”, Blairo carimbou o que todos sabem: que o Brasil é líder incontestado no uso de venenos lançados sobre o campo, colheitas, trabalhadores, índios, donos de terras, animais, solo, água, produtos agrícolas e consumidores.

Megalomania do ministro foi ignorada pela mídia global

Não há nada de sustentável nisso a não ser o melancólico ponto de o setor reciclar as embalagens. Um estadista teria confrontado os europeus, que vendem produtos banidos de suas prateleiras há mais de 20 anos a quem os aceite, e negociado tecnologias mais modernas a bom preço. Depois, voltaria para casa e pressionaria para atualizar a regulação doméstica. Barbara Hendricks, ministra alemã do Meio Ambiente, estava em Marrakesh, assim como todas as ONGs que poderiam ajudar o Brasil a virar o jogo e deixar a agricultura brasileira menos tóxica.

O agronegócio responde por 25% do PIB brasileiro. É uma grande força. O desafio é colocá-lo na fronteira da sustentabilidade ou enfrentará riscos econômicos e ecológicos em 10-20 anos, dizem pesquisadores. Não acontecerá com palavras ocas. A intensificação da pecuária é a grande batalha adiante. A média brasileira é triste — 0,7 cabeça de gado por hectare. Análises da Embrapa indicam que quatro cabeças por hectare fariam com que a pecuária brasileira fosse produtiva e zero carbono em termos líquidos — zerando a emissão de metano do gado com o sequestro de carbono pelo pasto. “A agricultura brasileira tem bons avanços, mas precisa continuar. Considerando o tamanho do setor caminhamos a ‘nano passos’”, diz Annelise Vendramini, coordenadora do Programa de Finanças Sustentáveis do GVCes, da Fundação Getúlio Vargas.

A moratória da soja foi celebrada em Marrakesh e o Brasil, parabenizado. Mas a realidade brasileira é que o desmatamento está em tendência de alta e há problemas no Cerrado, Mata Atlântica,

Caatinga. “O Brasil foi citado inúmeras vezes como o único que conseguiu controlar suas emissões em escala global. Tem que dizer ‘muito obrigado’ e, na sequência, ‘você tem que fazer mais’”, diz Paulo Adario, estrategista sênior de florestas do Greenpeace Internacional. “Não aprendemos que somos grandes. Um país que assume que é uma potência se comporta como tal.”

O Plano Agricultura de Baixo Carbono, conhecido como ABC, é vedete internacional. Política pública inovadora, com tecnologias de recuperação de pastagens e intensificação lavoura-pecuária-floresta, prepara a agricultura brasileira para a nova fronteira da competitividade, o baixo carbono. O ministro vangloriou-se do ABC, só não abriu os números. Se em 2016 o crédito agrícola bateu em R\$ 185 bilhões, o destinado ao ABC é cerca de R\$ 3 bilhões.

Ao vincular os compromissos de reduzir emissões assumidos pelo Brasil a recursos financeiros internacionais Blairo errou. Nas dez páginas da meta brasileira, lê-se que, diferente das de Burundi e Bangladesh, a nossa “não é condicionada a apoio internacional”. O ministro chegou a Marrakesh brandindo um número mágico: o custo dos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris (que trata como “intenções”) estaria em US\$ 40 bilhões. A estimativa é de um estudo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento está preparando a pedido do Ministério do Meio Ambiente, que busca colocar de pé o que está previsto na meta brasileira.

“Aos produtores rurais cabe a tarefa de reflorestar 12 milhões de hectares e recuperar 15 milhões de pastagens degradadas”, disse Blairo à revista “Globo Rural”. “Quem vai pagar esta conta?”, emendou. O passivo ambiental dos produtores rurais no Código Florestal está entre 10 milhões e 20 milhões de hectares — então 12 milhões parece adequado. Ou quem desmatou o que não devia só cumpre o que diz a lei brasileira se tiver dinheiro de fora?

“Foi como dizer, a gente pode fazer, mas paguem. Como se o assunto se resumisse a um favor para outros países e não se tratasse de uma tragédia que nos assola e para a qual nós também contribuimos”, diz Marcio Santilli, sócio fundador do ISA (Instituto Socioambiental), ONG reconhecida pelo trabalho com povos indígenas e unidades de conservação. “Outra coisa teria sido se sofisticassem o argumento: o Brasil até pode fazer um esforço adicional para reduzir o desmatamento. Mas isso tem custo e se poderia negociar”, sugere.

Blairo tem razão em um ponto. “A meta de se restaurar pastagens é aspiracional. É preciso criar políticas públicas para isso”, lembra Rodrigo Lima, diretor-geral da consultoria Agroicone. Talvez aqui recursos de fora sejam bem-vindos — ganha o produtor, a economia, a biodiversidade, a floresta, o clima.

A economia brasileira tem outras perdas a caminho, se o Congresso não ratificar o Protocolo de Nagoya e o Brasil não entrar na dança do acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios junto com China, Índia, União Europeia. O Brasil aprovou uma lei sobre isso em 2015. O setor privado apoia a ratificação, Fiesp e CNA dizem que é para fazer. Mas técnicos da Agricultura têm dúvidas e jogam o país no pré-cambriano. A competente diplomacia brasileira fica de mãos atadas, enquanto outros discutem como fazer. Na conferência sobre biodiversidade, que acontece em Cancún, o país mais biodiverso do mundo ficará sem voz nos debates de como se beneficiar da imensa riqueza que possui.

O Valor procurou o ministro várias vezes para uma entrevista, mas não foi atendido.

Daniela Chiaretti é repórter. A titular da coluna, Angela Bittencourt, está em férias
E-mail daniela.chiaretti@valor.com.br